

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.026.693 - MS
(2016/0317624-9)**

AGRAVANTE : THAYNARA LUANA DA SILVA CUNTY
ADVOGADOS : JOSÉ ANTONIO SOARES NETO - MS008984
WELLINGTON GONÇALVES - MS016744
AGRAVADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADOR : CLAUDIA ELAINE NOVAES ASSUMPÇÃO PANIAGO E
OUTRO(S) - MS007342
AGRAVADO : DERSON CÍCERO
ADVOGADO : RICARD JEAN MACAGNAN DA SILVA - MS009865
INTERES. : LUCINEIDE FERREIRA DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial em que são partes LUCINEIDE FERREIRA DA SILVA e ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL contra decisão que negou seguimento ao recurso especial na origem. O recurso especial foi interposto contra julgado do E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, com a seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - ANIMAIS NA PISTA - PRELIMINAR EX OFFICIO VIOLAÇÃO A DIALETICIDADE - ACOLHIDA EM RELAÇÃO A UMA DAS RECORRENTES - PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO VIGÊNCIA \ DL CAUSA IMPEDITIVA DA PRESCRIÇÃO \() - AFASTADA - INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS A DEMONSTRAR A CONDUTA NEGLIGENTE DOS POLICIAIS QUE ATENDERAM AO CHAMADO - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1 - Sendo a pretensão de uma das autoras afastada, ante a declaração dos efeitos da prescrição, a interposição de recurso em conjunto com a outra requerente, sem qualquer manifestação sobre esse capítulo da sentença, termina pelo reconhecimento oficioso de violação ao princípio da dialceticidade.

2 - Inexiste transcurso do prazo prescricional se incide na hipótese causa impeditiva em razão da incapacidade absoluta da requerente, nos termos do art. 198.1 c/c art. 3º do Código Civil.

3 - Não havendo elementos à conduzir ao entendimento seguro das causas de acidente rodoviário ocorrido há muitos anos com animais na pista, notadamente pela alegação de que os policiais militares que atenderam ao chamado não providenciaram a correta sinalização da pista, a improcedência da ação é medida que se impõe, não podendo ser desconsiderada a conclusão dos policiais de que houve culpa exclusiva da vítima, dada a presunção relativa de veracidade da manifestação dos agentes públicos.

Aponta a parte recorrente violação de dispositivos infraconstitucionais e constitucionais.

Negou-se seguimento ao recurso especial com base nos seguintes fundamentos: ausência de obscuridade/contradição/omissão e Súmula 7/STJ.

Foi interposto agravo em recurso especial. Não se conheceu do recurso nesta Corte diante da falta de impugnação dos fundamentos de negativa de seguimento ao recurso especial na origem.

Interposto agravo interno, alega a parte agravante que impugnou os fundamentos da decisão.

É o relatório. Decido.

Diante das razões apresentadas conheço do agravo em recurso especial. Passo a analisar o recurso especial.

O recurso não merece conhecimento.

Não se conhece da alegação de violação de dispositivos constitucionais em recurso especial, posto que seu exame é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.

Não cabe ao STJ, a pretexto de analisar alegação de violação do art. 535 do CPC/1973 ou do art. 1.022 do CPC/2015, examinar a omissão da Corte *a quo* quanto à análise de dispositivos constitucionais, tendo em vista que a Constituição Federal reservou tal competência ao STF, no âmbito do recurso extraordinário.

Não há violação do 535 do CPC/73 (art. 1.022 do CPC/2015) quando o Tribunal *a quo* se manifesta clara e fundamentadamente acerca dos pontos indispensáveis para o desate da controvérsia, apreciando-a fundamentadamente (art. 165 do CPC/73), apontando as razões de seu convencimento, ainda que de forma contrária aos interesses da parte, como verificado na hipótese.

Conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

Esta Corte somente pode conhecer da matéria objeto de julgamento no Tribunal de origem. Ausente o prequestionamento da matéria alegadamente violada, não é possível o conhecimento do recurso especial. Nesse sentido, o enunciado n. 211 da Súmula do STJ : "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*"; e, por analogia, os

enunciados n. 282 e 356 da Súmula do STF.

Conforme entendimento desta Corte, não há incompatibilidade entre a inexistência de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 e a ausência de prequestionamento, com a incidência do enunciado n. 211 da Súmula do STJ quanto às teses invocadas pela parte recorrente, que, entretanto não são debatidas pelo tribunal local, por entender suficientes para a solução da controvérsia outros argumentos utilizados pelo colegiado. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.234.093/RJ, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 24/4/2018, DJe 3/5/2018; AgInt no AREsp 1.173.531/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 20/3/2018, DJe 26/3/2018.

Relativamente às demais alegações de violação de dispositivos infraconstitucionais, a Corte de origem analisou a controvérsia dos autos levando em consideração os fatos e provas que envolvem a matéria, conforme se confere do seguinte trecho do acórdão:

Não somente quanto aos agentes públicos é difícil imputar responsabilidade no evento, como ao próprio proprietário dos animais, pois providenciou a retirada do gado da pista com o apoio dos policiais, sendo que o acidente ocorreu por outras circunstâncias, sendo a culpa exclusiva da vítima um forte indício do que tenha promovido a situação.

O que se quer enfatizar, portanto, é que os documentos que instruem a inicial não permitem averiguar, com certeza, nada que conduza a responsabilização dos réus, ou ainda, de que tenha efetivamente havido culpa exclusiva da vítima.

Assim, para se chegar à conclusão diversa seria necessário o reexame fático-probatório, o que é vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ, segundo o qual "a pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial".

Ante o exposto, nos termos dos arts. 259 e 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, reconsidero a decisão recorrida, e conheço do agravo em recurso especial, para não conhecer do recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 2% sobre o valor já fixado, nos termos do art. 85, §11, do Código de Processo Civil de 2015, observados, se aplicáveis: *i*. os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do já citado dispositivo legal; *ii*. a concessão de gratuidade judiciária.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

